

Conservadorismo (1)

O mundo é marcado e dividido por ideologias políticas, o que se reflecte na existência de partidos políticos que espelham, até certo ponto, a realidade das diferentes ideologias. Nesse mundo fragmentado sob o ponto de vista ideológico-político, o Conservadorismo — que na minha opinião não é uma ideologia política no sentido vulgar — foi até há bem pouco tempo considerado decadente e anacrónico pelos ideólogos e analistas políticos. Não sendo o Conservadorismo uma ideologia política propriamente dita — contrariando a maioria das opiniões nesta matéria — tem sido, porém, erroneamente considerado como uma “anti-ideologia” pelos ideólogos políticos modernistas, e principalmente pelos pós-modernistas. A verdade é que o Conservadorismo também não é uma “anti-ideologia”, como se verá mais adiante.

Gosto da seguinte definição de Conservadorismo: é uma “moral política”; sendo uma “moral política”, não é contudo uma “política da moral”, isto é, existe no Conservadorismo uma predominância da ética e da moral sobre a política, porque a ideologia política nunca pode definir a ética, embora tenda sempre a submetê-la, na medida em que toda a ideologia política tende para um totalitarismo. Não sendo o Conservadorismo uma ideologia política, não pode assumir tendências totalitárias: um conservador pode votar em diversos partidos políticos dependendo da conjuntura política, e é essencialmente independente do ponto de vista partidário. Um conservador é um “livre pensador” na medida em que não está comprometido com nenhuma ideologia política, embora aceite melhor e por uma questão de princípios, determinadas ideologias, do que outras.

Assim, para um conservador, o espírito humano tem primazia sobre os aspectos económicos definidos pelas ideologias políticas: para o conservador, o espírito tem primazia sobre a matéria, a política sobre a economia e o dinheiro, ao contrário — por exemplo — do neoliberal que defende nitidamente o primado da economia sobre a política.

Para um conservador europeu, e ocidental em geral, a ética de que se fala aqui é a única passível de ter esse nome na Europa: é a ética que fundou a civilização europeia desde a Antiga Grécia, que passou pelo Império Romano e que evoluiu até meados do século XIX da nossa era (a partir de 1840, sensivelmente, a filosofia que molda a ética estagnou e involuiu mesmo, passando então a ética a ser anulada por uma visão utilitarista da política que marca um período negro de uma versão burguesa e cientificista da civilização europeia que se prolonga até hoje) e que foi sofrendo uma evolução consentânea com princípios cristãos que marcaram a nossa civilização. Naturalmente que essa ética que o Conservadorismo defende é uma ética cristã, porque não existe ética coerente sem uma religião — seja ela um monoteísmo, um deísmo, um politeísmo ou um monismo religioso como é o Naturalismo. A pseudo-ética ateuista e libertária é uma ética presentista que se baseia em resquícios culturais do Cristianismo ainda presentes na sociedade europeia, e que tendendo a desaparecer, será inexoravelmente substituída por outra ética religiosa (a ética islâmica, por exemplo) com o passar das gerações. O conservador europeu opõe-se a esta substituição religiosa e mantém o Cristianismo como “a religião da Europa”.

O Conservadorismo é uma visão histórica da sociedade que se projecta no presente e esboça o futuro, e que se espelha no nacionalismo integral e espiritual de Teixeira de Pascoaes e não num mero nacionalismo tradicionalista. Neste sentido, a Europa é uma “Europa das nações” e não um leviatão europeu presentista e construído a partir de uma obliteração revolucionária da História.

A ideia — propalada pelos seus detractores — de que o Conservadorismo é incompatível com a democracia e de que é uma aristocracia (no sentido dado por Platão), para além de falsa, é hipócrita. Existe hoje uma aristocracia composta por ditos “libertários de esquerda” no nosso país, o que revela a hipocrisia de quem condena uma ideia política, adoptando-a. A existência de uma aristocracia não agrilhoa o Conservadorismo a uma determinada visão passadista da História, nem

se pode dizer que o Conservadorismo seja mais “aristocrático” do que outra forma qualquer de estar na vida e de encarar a política.

Não sendo uma ideologia política “tout cours”, o Conservadorismo é “uma forma de estar” no mundo, é uma filosofia de vida e uma determinada maneira de encarar a Vida e o Universo. Todo o ser humano, no seu estado normal de equilíbrio psicológico, é um conservador, independentemente da sua geração e sua faixa etária, porque em cada sociedade coexistem três gerações: os jovens, os maduros e os “maiores” — para utilizar uma expressão espanhola deliciosa, que substitui “viejos” por “mayores”. Estas três gerações coexistindo significam que qualquer actualidade tem três tempos distintos e que qualquer presente é enriquecido por três dimensões vitais distintas, coexistindo as três gerações em essencial “hostilidade conservadora” — cada uma delas tentando “conservar” os seus valores. O jovem pretende conservar a sua visão do mundo que se distingue da visão conservadora do mundo de um homem maduro, mas esse jovem será um conservador “maior” quando atingir a terceira idade. O que o Conservadorismo faz é a síntese dessa visão conservadora vital tridimensional e multi-geracional presente na sociedade, tendo em conta a análise histórica que determina quais os elementos culturais, sociais e humanos que devem ser conservados para que possam conduzir a uma melhoria de vida da esmagadora maioria da população. Ao contrário disto, o Libertarismo destaca e separa as gerações uma das outras, não criando uma ligação entre as três gerações, antes tentando minar qualquer visão holística e global da sociedade, utilizando para tal fim, a mente revolucionária.

<hr width= " 500 " />

Utilizando uma metáfora para marcar diferenças

A ideologia está para a política e para a sociedade, como a Ciência está para o Universo. A ciência cria um objecto compartimentado a que se dedica, e toda a visão de uma determinada ciência parte da análise desse objecto que elegeu como essência da sua acção de análise. Embora cada vez mais as ciências cruzem informações e experiências entre si, a verdade é que a especialização em determinadas áreas confere às ciências uma visão de perspectiva a partir das áreas a que se dedicam.

Em contraponto, o Conservadorismo está para a política e para a sociedade, como a Filosofia está para o Universo. O Conservadorismo parte de uma análise global da sociedade, e não de uma análise de perspectiva como faz a ideologia política. Neste sentido, o Conservadorismo parte sempre de uma posição de cepticismo em relação aos dados que dispõe relativos à sociedade e que lhe são colocados, isto é, o conservador começa por duvidar, para depois, em função de evidências que comprovem determinadas teorias como estando de acordo maioritário com a Natureza, adoptar posições políticas que podem coincidir (ou não) circunstancialmente com uma ou diversas ideologias políticas em presença. Não há uma verdade teórica mais qualificada do que a verdade fundada na evidência — este é o lema do conservador. Portanto, a função do Conservadorismo é a resolução de “problemas teóricos” globais que se colocam à sociedade, ao contrário da ideologia política que se compromete na resolução de “problemas práticos” a partir de uma determinada perspectiva ou ângulo de visão. Enquanto que o Conservadorismo é “filosófico”, a ideologia é (regra geral) “científica” (entre comas).

Naturalmente que a ideologia política, como o faz a ciência, também duvida antes de afirmar uma “verdade”. Contudo, a “verdade” ideológica é uma verdade parcial determinada a partir de um ponto-de-vista específico. Resolvendo “problemas práticos”, a ideologia política tende a transformar aquilo que **não é** naquilo que **é** ou que tem forçosamente que **passar a ser** — muitas vezes mesmo que isso vá contra a própria natureza das coisas — e tal como acontece com as teorias científicas, esta atitude da ideologia política pode levar a erros de interpretação da realidade sociológica (e ontológica) que, por vezes, demoram décadas a serem corrigidos por novas teorias, e

podem causar hecatombes humanas inenarráveis.

A ideologia política (em termos modernos) nasceu com o Positivismo da Revolução Francesa, e tal como o Positivismo, reduz a realidade ao “sensível” — a ideologia política pertence à realidade social “sensível”, e acaba por isso por incorrer muitas vezes num fenómeno de *“circulus in demonstrando”*, que consiste em que as teorias políticas partem muitas vezes de princípios que deveriam provar como evidências antes de os adoptar como objecto de acção. Para a ideologia política, nada existe para além daquilo que lhe é “presente”, e por “presente” entende a ideologia política o que é “sensível” em termos sociais, aliando a “presença” dos factos (objectos) que compõem a realidade aos fenómenos “sensíveis” dessa realidade.

Contudo, o facto de algo “ser sensível” e o facto de outro algo “ser presente” são ideias muito diferentes. A “presença” (ou “representação”) refere-se a um modo de estar do Homem perante os objectos, presentes, imediatos, e /ou em oposição a outros modos de estar dos objectos em relação a nós próprios (representados em relação a um observador externo). A “sensibilidade” relaciona os objectos uns com outros, sem que se estabeleça necessariamente uma relação universal entre os objectos e divorcia-se de qualquer relação desses objectos, em geral, com um observador externo. O mundo “sensível” é o mundo das relações entre os objectos; o mundo “representado” (“presença”) passa por uma visão exterior (holística) do mundo dos objectos que interagem.

Por exemplo, o futuro de uma sociedade não é uma coisa “sensível”, mas a sua “presença” imediata é irrefutável. A ideologia política parte para uma concepção de “futuro” baseada na realidade “sensível” objectiva, na relação entre os objectos sociais passados que se projectam no presente e no futuro, enquanto que um conservador analisa a sociedade a partir de um ponto espacial e temporal exterior à própria sociedade, analisando “a partir de fora” os objectos em “presença”.

Naturalmente que todos nós sabemos que a ideologia política não é ciência, tal como a Teoria da Falsibilidade de Karl Popper demonstrou em relação ao Marxismo. Ando aqui em simples analogia; nada como a utilização de comparações mais ou menos absurdas para que nos façamos entender, porque o absurdo chama-nos à atenção para o que é lógico, despertando, assim, o nosso espírito crítico. E tanto assim é, que a ideologia política acaba por ser menos racional do que o Conservadorismo (que não é uma ideologia política em sentido estrito), porque enquanto que o conservador parte do princípio da “dúvida total” cartesiana e ontológica em relação à “realidade” e à mudança dessa realidade, o ideólogo político constrói uma teoria tendo como base o mundo “sensível” e acredita na validade e supremacia de uma determinada teoria em detrimento de outras, baseando-se numa visão de perspectiva e desprovida de quaisquer dúvidas. O teórico da ideologia política nunca tem dúvidas; o conservador faz da dúvida o seu método de análise do mundo.

<hr width= " 500 " />

A importância da História e da Religião no Conservadorismo

Nem todos os conservadores são religiosos praticantes, mas todos estão de acordo em relação à importância da religião para a consistência e continuidade da nossa civilização. A religião confere à sociedade a Ordem Moral necessária, e pese embora existam sempre agnósticos e não praticantes, a religião como princípio de ordem moral deve ser sempre maioritária na sociedade. Por isso, o conservador pensa que o Estado laico só o deve ser por respeito às diversas confissões religiosas em presença (incluindo o ateísmo), e não assumindo nunca uma atitude anti-religiosa. A partir do momento em que o Estado laico se torna anti-religioso, contribui activamente para a dissolução do combustível moral da sociedade, retirando à sociedade a possibilidade de auto-regeneração, para além de se divorciar do espírito maioritário presente numa sociedade em que a religião ainda mantém o seu papel de princípio de ordem moral, tanto no senso-comum (direito natural) como no

espírito do Direito Positivo.

Para o conservador, a História não se resume a um processo dialéctico conforme preconizado por Hegel, de cujas ideias nasceram todas as ideologias políticas contemporâneas. Os Neo-conservadores americanos, também conhecido por “neocons”, adoptam também o princípio hegeliano que vê a História como um processo dialéctico que conduz a sociedade rumo à perfeição e à extirpação de todo o “mal”. Por isso, a confusão entre os neocons e os conservadores não faz sentido, na medida em que aqueles se aproximam muito mais dos utópicos libertários de esquerda, herdeiros da esquerda hegeliana, do que propriamente do conservadorismo. Para o conservador, todas as correntes de pensamento, não tendo necessariamente igual peso histórico e ideológico, têm contudo uma importância equivalente (embora não iguais) para que a História seja compreendida no seu todo — assumindo assim uma visão holística e “representada” da História. Neste sentido, o conservador é um céptico que faz equivaler as diversas correntes de pensamento existentes ao longo da História; não é um céptico porque não acredita em nada: é um céptico porque acredita que todas as correntes filosóficas têm um peso específico, e portanto, nenhuma delas é a eleita. Ora isto é exactamente o contrário do que faz a ideologia política.

Por isso, e ao contrário do que é propalado pelo Libertarismo, o conservador não é um fideísta religioso, isto é, alguém que repudia a razão. Ao contrário dos conservadores, os fideístas partilham uma visão sectária e de perspectiva exclusivista da sociedade e do mundo, e por isso, inserem-se dentro de uma lógica de ideologia política. Por exemplo, os extremistas islâmicos são fideístas, e o fundamentalismo islâmico é mais uma ideologia política do que uma visão conservadora da sociedade e do universo. Pelo contrário, o conservador considera a razão e a ciência como uma parte da verdade humana, embora não as considere ambas exclusivas, como o faz o cientificismo.

Ao recusar como princípios absolutos da realidade, o fideísmo fanático e o cientificismo — que de tão racionalista se torna irracional e dogmático —, o conservador não necessita, por esse facto, de negar a existência de uma ordem moral inerente a essa mesma realidade. Os conservadores dão uma atenção equivalente à falibilidade humana e aos esforços para ultrapassar essa falibilidade. Nesse sentido, o conservador adopta o princípio filosófico de que o Universo é “Tudo O Que Há”, e não necessariamente “Tudo o que Existe”, porque tudo o que existe limita o Universo àquilo que conhecemos já, enquanto que “o Tudo O Que Há” abrange a noção de Universo a tudo aquilo que conhecemos e também a tudo aquilo que ainda não conhecemos. Por isso, o conservador está aberto à religião revelada como uma manifestação desse Universo de “Tudo O Que Há”, embora o cientificismo e algumas ideologias políticas afirmem que Deus não existe porque defendem o primado do mundo “sensível” — Tudo o que Existe — sobre uma visão holística e “representada” do universo (Tudo O Que Há).

A primeira certeza que o ser humano adquire é a de que pensa (princípio do “cogito”). Portanto, a primeira certeza humana é subjectiva — a verdade primeira acerca do real é a de que o pensamento existe, “cogitatio est”. Por isso, a realidade subjectiva de cada ser humano é tida em conta pelo conservador, em equivalência com a realidade objectiva definida pelo racionalismo — não existe necessariamente uma supremacia valorativa e sistemática de uma em relação à outra. Se os objectos existem na Natureza independentemente do pensamento humano, a possibilidade da existência de um “pensamento universal” adquire uma probabilidade elevada a partir do princípio cartesiano do “cogito” — como defende hoje a própria filosofia quântica.

(a continuar)